

ATA N.º 3/2024

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2024**

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Alvaiázere, no Auditório Fernando Lopes da Casa Municipal da Cultura, pelas dezoito horas e dez minutos, reuniu-se extraordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os Senhores Membros eleitos: Carlos Manuel Rosa da Graça (Partido Social Democrata), Ana Paula Alves Ferreira (Partido Socialista), Sandrina Marques Pais Pedrosa (Partido Social Democrata), Alberto Gonçalves (Partido Socialista), António Simões Ribeiro (Partido Social Democrata), Fernando Mendes António (Partido Socialista), Fábio Manuel Pachon David (Partido Social Democrata), Maria Fernanda Ferreira Tiago Gomes (Partido Social Democrata), Fernanda Freire Simões Alves (Partido Socialista), Leandra Marina Martins Garcez (Movimento Vamos Alvaiázere), Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa (Partido Social Democrata), José Nunes Rosa (Partido Social Democrata), e, ainda, a Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Almoester, Catarina da Silva (Partido Social Democrata), e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Alvaiázere, Vítor Manuel de Barros Joaquim (Partido Social Democrata), Maças de D. Maria, Eduardo Laranjeira Carvalho (Partido Social Democrata) Pelmá, Edgar Filipe Simões Duarte (Pelmá Mais e Melhor) e Pussos São Pedro, Paulo Sá Oliveira (Partido Socialista). -----

----- Não compareceu a esta sessão da Assembleia Municipal a Senhora Deputada Susana Alexandra Teixeira Rosa (Partido Socialista), tendo apresentado justificação ao abrigo do número 2 do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM), e solicitado substituição de acordo com o artigo 17.º do RAM, conjugado com os artigos 78.º e 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação e indicado o Senhor Fernando Mendes António para o efeito. -----

----- Também não compareceu a esta sessão da Assembleia Municipal os Senhores Deputados Maria de Fátima Silva Lopes da Conceição (Movimento Vamos Alvaiázere), José de Freitas Simões (Partido Socialista) e Armindo Miguel Conceição Gonçalves (Partido Socialista), tendo apresentado justificação ao abrigo do número 2 do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM).

----- Todas as substituições foram atendidas em face do legalmente estipulado e vertido no Regimento em vigor. -----

----- Do Executivo Municipal, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal João Paulo Carvalho Guerreiro e os Senhores Vereadores Flávio Gabriel da Silva Craveiro, Ana Catarina Vaz Pinheiro de Furtado Faria e Carlos José Dinis Simões. -----



-----O Senhor Presidente da Mesa abriu a sessão, começou por cumprimentar todos os presentes, passando a palavra à Senhora Primeira Secretária, que cumprimentou os Senhores Deputados e efetuou a chamada.-----

O Senhor Presidente da Mesa, em seguida, deu início à ordem de trabalhos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

Ponto 1 – Transferência de competências no domínio da saúde – auto de transferência n.º ARSC 018/2023-----

-----O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que fizesse uma explicação e introdução ao ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, fazendo uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, agradecendo ao Senhor Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Doutor Hélder Reis, por se ter disponibilizado a ir a Alvaiázere, dizendo que era para eles uma honra recebê-lo. Deu nota que, tinha solicitado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocatória daquela Assembleia Extraordinária para decidirem sobre um tema que já não era novo, que já tinha vindo àquela Assembleia e que, por várias razões, ainda não tinha sido aprovado, pelo que Alvaiázere ainda não tinha assumido competências no domínio da saúde, julgando que estariam na altura de o fazer e que teriam as condições para o fazer. Referiu que, desde o ano anterior tinham existido uma série de conversações com os responsáveis da tutela, conversações que tinham evoluído, mas que nos últimos tempos tinham dado um salto fundamental, do seu ponto de vista, porque, para além da questão financeira, que tinham consciência que não era só na saúde, mas toda a transferência de competências que tinha existido da administração central para as autarquias tinha sido parca nos envelopes financeiros, sendo que gostariam de assumir aquelas responsabilidades com outra capacidade financeira, para as desenvolver, porque gostavam de as desenvolver e gostariam de ter os fundos para as desenvolver da melhor forma. Considerou que não era aquele o principal bloqueio na assunção de competências na variadas áreas, tinham sido as questões mas práticas daquilo que eram as políticas da área em questão, referindo que, no caso da saúde, o principal fator de bloqueio era a falta de médicos e a perspectiva de não se virem a renovar as vagas de médicos que, por variadas razões, se iam ausentando, sendo que, em Alvaiázere tinham uma situação muito difícil, com um quadro de cinco médicos efetivos, dos quais dois estavam a preencher o quadro, ainda que o Doutor Bernardino estava na iminência de se aposentar nos meses seguintes. Esclareceu que não tinham conseguido, nas negociações até ali, ultrapassar aquela que era a principal dificuldade em que se viriam confrontados com uma falta de médicos no concelho de Alvaiázere, que já por si o rácio não era muito bom pois, tinham 35% de alvaiazerenses sem médico de família, mas que o horizonte era negro. Elucidou que, felizmente, em conversações com os novos responsáveis da pasta, conseguiram chegar a uma solução que não era uma solução definitiva, mas que era uma solução de curto prazo, que lhes dava algumas garantias de ter os cuidados primários de saúde em Alvaiázere, aos mínimos exigíveis e isso passava essencialmente por um protocolo que a ULS de Coimbra, na qual Alvaiázere



estava inserido, estava a estabelecer com a Fundação Nossa Senhora da Guia, para que pudessem ser contratados dois médicos ao setor social, para prestar cuidados de saúde aos alvaiazerenses, bem sabiam que não eram médicos de família e que não estavam afetos ao SNS naquelas funções, mas prestavam aquilo que era a sua necessidade básica, que era serem atendidos, de terem profissionais de saúde que olhassem pelas suas populações, que infelizmente eram bastante envelhecidas e na sua maioria sofriam de múltiplas patologias. Do seu ponto de vista, aquele compromisso da Unidade Local de Saúde, que tinha sido validado pela tutela, de contratar dois médicos ao setor social e coloca-los em Alvaiázere, não desistindo de manter abertas as vagas, sempre que houvesse concurso, para eles era um compromisso suficiente para que estivessem reunidas as condições de assumirem competências na área da saúde, acrescentando que, para além daquilo, a atual tutela tinha mantido aqueles que eram os compromissos já anteriormente assumidos, que eram do conhecimento dos Senhores Deputados, que estavam inscritos na informação que tinha sido prestada e já aprovada na Câmara Municipal e que estava sujeita a ratificação ou aprovação da Assembleia Municipal. Continuou dizendo que, para além da colocação daqueles dois médicos que era uma medida adicional, existia o compromisso de manutenção de todos os compromissos que estavam assumidos, cada um a seu prazo, ainda naquele dia tinha recebido uma mensagem do Senhor Chefe de Gabinete da Senhora Ministra da Saúde a dizer que a negociação com a Associação Nacional de Municípios estava a decorrer a bom ritmo e que os tais cinco assistentes operacionais prometidos ao Município de Alvaiázere seriam uma realidade em breve. À eventual pergunta de porquê naquele momento e não esperar mais pela efetivação daqueles vários compromissos assumidos pela tutela, o Senhor Presidente da Câmara disse que estaria ali depois o Senhor Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, podendo achar-se estranho não ser alguém da área da saúde, mas efetivamente era a área que tutelava que provocava aquela urgência, o país tinha fundos europeus do PRR bloqueados por aquela matéria e eles entendiam, dado os prazos e a importância que teria para o país, o desbloqueio daqueles fundos que deviam de confiar, porque a política também tinha de ser feita numa base de confiança, que a tutela iria cumprir os compromissos que assumiu com Alvaiázere e que não se esqueceria de Alvaiázere depois de ter aquele problema nacional resolvido, sendo que, acreditava nos interlocutores que tinha tido do outro lado e ali com o Doutor Hélder Reis era a prova daquilo, a sua disponibilidade e inteligência para já ter resolvido alguns problemas que tinham pendentes em algumas áreas de financiamento e pela disponibilidade que ainda naquele momento tinha demonstrado em ajudar a resolver outras situações, que Alvaiázere, não só na área da saúde, mas também em variadíssimas outras áreas, teria na tutela e também no Doutor Hélder Reis um amigo, um aliado, um parceiro, para ajudar no desenvolvimento daquele território e para a melhoria das condições daquelas gentes. Concluiu que era aquilo que pretendia transmitir, o porquê de entender que estavam em condições de aceitar a transferência de competências, na área da saúde e também o porquê da urgência e por ter pedido para que fosse convocada uma Assembleia Municipal Extraordinária e que estava, como sempre, ao



dispor para esclarecer alguma questão que pretendessem ver esclarecida, o Senhor Secretário de Estado também iria prestar alguns esclarecimentos, porque tinha conhecimento melhor do que ele naquela área que considerava importante, não deixando de agradecer mais uma vez a sua disponibilidade para ter vindo a Alvaiázere e para debater aquele tema com eles, era a primeira vez que um membro do Governo estava presente numa Assembleia Municipal em Alvaiázere e só isso, já era de louvar a sua iniciativa e ajuda a Alvaiázere. -----

----- O Senhor Presidente de Mesa, no uso da palavra, considerou que o Senhor Presidente da Câmara tinha explicado o que tinha de ser explicado e tinha dito aquilo que tinha de ser dito. De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Doutor Hélder Reis. -----

----- O Senhor Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, fazendo uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e afirmou que era um prazer para si estar Alvaiázere, fê-lo das conversas que tinha vindo a ter com o Senhor Presidente da Câmara e segundo lhe tinham explicado quando perguntou ao seu Ministro se havia algum problema em participar naquela Assembleia Municipal, era a primeira vez que participava numa Assembleia Municipal, quer como Secretário de Estado, quer como cidadão Hélder Reis, e segundo lhe tinham dito, era inovador, dado que era a primeira vez, sob todos os pontos de vista, que pudessem apreciar, sendo claro que não tinham memória de todas as pessoas que os tinham governado, mas achava que não havia memória de que algum membro do Governo que tivesse participado numa Assembleia Municipal. Afirmou que o tinha feito por ser o empenho que tinha, um bocadinho de si, tinha estudado economia, licenciou-se em economia, tinha feito mestrado em economia, tinha feito doutoramento em gestão, tinha iniciado a sua carreira como estagiário no Ministério das Finanças em 1999, tinha sido assessor de três Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, tinha sido subdiretor geral e diretor geral, tinha sido Secretário de Estado do Orçamento no tempo da Troika, um tempo difícil, sendo certo que, naquele dia voltava a viver a Troika numa outra perspetiva, talvez mais exigente do que a que tinha vivido em 2013 e 2014, aquela não lhes permitia que alterassem ou falhassem e a anterior permitia, podiam trocar ou alterar e toleravam o não cumprimento. Referiu que, tinha ainda sido assessor do Senhor Presidente da República, nos últimos oito anos da sua vida e que tinha aceite o desafio de estar ali como Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, simplesmente pelo carinho que tinha pelo ministro que o tutelava, tendo sido a única razão que o tinha levado a aceitar, porque, na verdade, o seu partido eram mesmo os portugueses e mais nenhum que não esse, porque tinha trabalhado quase para todos ao longo da sua vida. Esclareceu que a razão de ser de estarem ali e a urgência, aproveitando para agradecer a todos por ali estarem naquele dia, numa Assembleia Municipal Extraordinária, que tinha resultado de conversas e que já iam perceber o porquê da necessidade e da urgência daquele tempo e momento e daquilo que estava em causa. O Senhor Secretário de Estado elucidou que, quando tinha assumido funções, a 5 de abril de 2024, lhe tinha sido atribuída a missão de acompanhar o PRR, os fundos comunitários e outras coisas, estando ali por causa do Plano de Recuperação e

Resiliência que o país tinha assinado com a União Europeia e do qual aguardavam receber ao longo da sua trajetória de vigência até 2026 a quantia de vinte e dois mil e duzentos milhões de euros, sendo que aquele dinheiro estava condicionado ao cumprimento de um conjunto de marcos, metas e investimentos e se falhassem naqueles marcos ou metas, significava que não lhes era entregue a parcela do dinheiro que a União Europeia considerava ser afeto a esse marco ou meta, que não tinha sido cumprido. Prosseguiu dizendo que, quando tinha chegado, estavam em atraso o terceiro e quarto pedidos de pagamento à União Europeia, numa parcela e o quinto pedido de pagamento, sendo que o terceiro e quarto pedidos de pagamento tinham sido feitos pelo anterior governo e a Comissão Europeia tinha disponibilizado quase a totalidade das verbas, exceto setecentos e onze milhões de euros, pelo facto de uma das medidas não ter sido cumprida, sendo esta a necessidade de terem o acordo com cento e noventa e um municípios, o auto de transferência das responsabilidades do Ministério da Saúde para os municípios na matéria da saúde. Daqueles cento e noventa e um, tinham cento e oitenta e sete assinados, faltando, portanto, quatro, um deles era Alvaiázere e tinham trabalhado com Alvaiázere, com Ovar, com Óbidos e com Nelas e o que era importante para cumprirem haver um auto assinado pelo Senhor Presidente da Câmara e pelos responsáveis do Ministério da Saúde, era importante que esse auto fosse ratificado ou aprovado pela Assembleia Municipal, o que significava que estavam ali reunidos naquele dia de uma forma extraordinária para dar cumprimento àquele requisito, caso os Senhores Deputados assim o entendessem. Relativamente ao que estava em jogo e o porquê de naquele dia e não dali a um mês, esclareceu que se não conseguissem cumprir a meta até ao dia 22 daquele mês, os setecentos e onze milhões de euros eram perdidos, no caso de não se cumprir uma meta a União Europeia dava um prazo de seis meses, para tentarem cumprir aquela meta, o que significava que a urgência de ser naquela semana era para terem ainda margem de manobra para que pudessem submeter à União Europeia, para que esta validasse os documentos e após aquela validação concluírem se cumpriram ou não cumpriram, sendo que, inicialmente eram aqueles quatro, mas durante a semana anterior, a Comissão Europeia tinha levantado dúvidas sobre outros autos de transferência, por coisas do género de que havia um auto de transferência e uma adenda e a Comissão tinha o auto, mas não a adenda, ou porque a Assembleia Municipal tinha deliberado sobre o auto, mas não tinha deliberado sobre a adenda e eram aqueles pequenos pormenores que, na verdade, a Comissão Europeia, naquele momento, os estava a pressionar e a dar conta daquilo que não era o cumprimento. Assim, a razão de ser daquela urgência, prendia-se com a necessidade de o país ser ressarcido dos setecentos e onze milhões de euros que, na verdade, tinham ficado retidos, aquando dos terceiro e quarto pedidos de desembolso, pela União Europeia, pelo que, diria que ao se cumprir com aquela meta, o que estava em causa não era quando iria receber, dado que o país não tinha problemas de liquidez, mas antes, o não perderem o direito a receber aquela tranche que tinha sido retida, por não cumprimento de uma das metas que estava no programa. O Senhor Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional agradeceu imenso, sendo para ele um prazer estar ali, relativamente



ao desenvolvimento regional, todos tinham idade suficiente para perceberem que o desenvolvimento regional era um processo de transformação gradual que requeria várias dimensões de atuação, fundos comunitários eram uma parcela daquela atuação, mas havia outras e aquilo que estava ali a ser feito era uma forma de promoverem a melhoria das condições de vida das populações no interior do país, havendo outras dimensões, como as acessibilidades, a educação, a criação de condições para que as populações se mantivessem no interior do país, pois, sabiam que ao longo da dinâmica da história do país tinha havido um passar dos cidadãos do interior para o litoral e que se estavam a criar algumas condições que permitiam fazer o reverso e era importante que as pessoas sentissem condições para ficar nos seus locais de origem, no litoral, os preços da habitação estavam-se a tornar proibitivos, para os salários que os portugueses tinham e isso iria obrigar-los a fugir para outras áreas, sendo natural que o teletrabalho e a digitalização da sociedade acabasse por permitir às pessoas resolver noutros pontos do país, aquilo que antes tinham de resolver fisicamente nos locais de trabalho. Concluiu dizendo que, faria tudo o que estivesse ao seu alcance e que Alvaiázere lhe ficaria para sempre no coração, porque naquele dia simbolizava, para ele, um encerrar de um processo, no qual tinha trabalhado imenso, apesar de poder parecer que eram poucos municípios, várias interações com o Ministério da Saúde como tinha dito o Senhor Presidente da Câmara, por forma a dar cumprimento àquilo que era necessário para que se considerasse que Alvaiázere também tinha qualidade de saúde, agradecendo imenso o convite para ali estar afirmando que ali estaria, sempre que a vida o permitisse e que o convite fosse formulado, mostrando-se disponível para responder a alguma dúvida que existisse sobre aquelas áreas mais macro de PRR. -----

----- O Senhor Presidente de Mesa, colocou o ponto à discussão. Inscreveu-se o Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David, tendo-lhe sido concedida a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David, fazendo uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e deu as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado dizendo que, era um gosto, um privilégio e uma honra recebê-lo em Alvaiázere. Afirmou que queria referir três pontos, sendo o primeiro que era muito bonito ver efetivamente o Estado a trabalhar em prol das pessoas e a política a trabalhar em prol dos cidadãos e que era muito bonito, naquele dia, em Alvaiázere e no país, verem o virar de página da resolução de problemas reais das pessoas, a partir do colocar de parte de algumas ideologias e cegueira ideológica. Considerava ser muito positivo verem a solução a um problema real do concelho de Alvaiázere que já era experienciada há muito tempo, por uma mudança de política e de paradigma e do colocar de parte uma ideologia que não fazia uso daquilo que era todo o espectro de serviços de saúde e de profissionais de saúde que existiam no país, os profissionais de saúde que trabalhavam no setor privado e no setor social também tinham feito o mesmo juramento que todos os outros profissionais de saúde do SNS, sendo muito positivo constatarem na primeira pessoa a solução para aquele problema que há muito tempo se arrastava. No segundo ponto da sua intervenção, o Senhor Deputado disse que se congratulava muito ver o Senhor Secretário de Estado ali

presente porque, pedindo perdão pela franqueza, expectavelmente o grupo municipal do PSD tinha maioria naquela Assembleia pelo que, se poderia julgar que num sentido daquela importância poderia ser desvalorizado e ser uma Assembleia "normal", em que simplesmente viriam votar aquele documento e que, antecipava com alguma facilidade, seria aprovado. Afirmou que era por isso que seria de relevar a presença naquele dia do Senhor Secretário de Estado que, independentemente daquelas circunstâncias, também pelo reconhecimento da importância daquele tema, marcou ali presença e se mostrava muito recetível e disponível para responder a questões e também para lhes fazer as devidas explicações. Em último lugar, o Senhor Deputado deu os parabéns ao executivo, na pessoa do Senhor Presidente de Câmara, porque a obra não nascia de um dia para o outro e era preciso trabalharem para que as coisas acontecessem e achava que era de conhecimento público que não há muito tempo o Senhor Presidente da Câmara se tinha deslocado a Lisboa e tinha estado no parlamento a discutir aquele tema, entre outros e era muito positivo de notar que tinham conseguido resolver, em pouco tempo, aquele problema que já se vinha a arrastar. Concluiu afirmando que, como tinha dito o Senhor Secretário de Estado que trabalhava para os portugueses, achava que se começava a ver o seu executivo a trabalhar para os alvaiazerenses, considerando muito positivo por aquilo que eram também as várias constatações de alguns incidentes que tinham vindo a experienciar ao nível do centro de saúde, a falta de acesso à saúde que viveram em Alvaiaçere, mas que também era vivida em muitos outros pontos do país e era importante verem finalmente uma solução, pelo menos de curto prazo, para aquele desafio, podendo manter o que já tinham à data e que era a capacidade de integração futura daqueles profissionais de saúde. Podiam ou não especular sobre se era ou não a situação ideal e que se tinha de trabalhar para que fosse, mas achava muito positivo terem uma solução à data e poderem prestar aqueles serviços à população. -----

----- A Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira, fazendo uso da palavra que lhe fora concedida, cumprimentou todos os presentes dando também as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado. Afirmou que a Assembleia não visava fazer demagogia e que não era esse o propósito que a trazia ali a ocupar o lugar de Deputada Municipal. Referiu que, não era sua intenção falar, no entanto, tendo em conta a intervenção do Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David, devia dizer que, o contexto político naquele dia não era o contexto político de alguns anos atrás, sendo evidente que as necessidades e dificuldades, em termos de saúde, não eram necessidades e dificuldades do presente, nomeadamente, no nosso concelho, vêm-se notando, em diversos momentos e de diversas formas. Considerou que, eventualmente, se pudesse ter ali outra solução, se as diretrizes políticas fossem outras. Mas a solução que naquele dia ali tinham era aquela, não era provavelmente a solução ideal, mas era a solução de momento. Disse que via com agrado que se estivesse para resolver o problema das nossas populações. Referiu que o Senhor Secretário de Estado disse que o seu partido são os portugueses e, também a Senhora Deputada diz, muitas vezes, que o seu partido são os Alvaiazerenses. Fazendo este paralelismo, queria com ele dizer que, o assunto que os tinha



trazido ali, era importante. E, considerando a explicação dada pelo Senhor Secretário de Estado, a forma como colocou a questão, dizendo que Alvaiázere era a peça fundamental para encerrar aquele processo que estava no prazo limite, concluiu dizendo que o Grupo Municipal do Partido Socialista ia dar um voto de confiança, porque entendiam ser bom para o país e, esperava e queria que, fosse bom também para Alvaiázere e que os Alvaiazerenses conseguissem receber o retorno daquele compromisso. Disse ainda que, sendo os Alvaiazerenses os últimos deste processo, "atrevia-se" a pedir ao Senhor Secretário de Estado que, quando houver a oportunidade de dar apoios, coloque Alvaiázere no topo da lista para que os Alvaiazerenses revertam as dificuldades sentidas. -----

---- O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição. Prosseguiu, colocando o ponto à votação. -----

---- Após análise da documentação a Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **deliberou por unanimidade:** -----

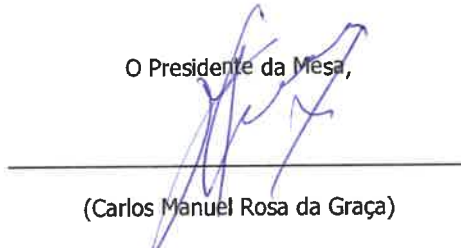
Aprovar o Auto de Transferência n.º ARSC_018/2023 a celebrar entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município de Alvaiázere e a **respetiva adenda** a efetuar ao mesmo.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tornando-se assim desde logo eficaz. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - De acordo com o número 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos imediatos, a presente ata. -----

---- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão da Assembleia Municipal, às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa,



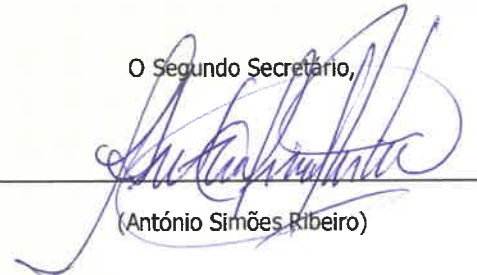
(Carlos Manuel Rosa da Graça)

A Primeira Secretária,



(Sandrina Marques Pais Pedrosa)

O Segundo Secretário,



(António Simões Ribeiro)

